



## Congresso se reúne hoje para analisar vetos e votar créditos

Foto: Jones Pereira/Agência Senado



Uma das propostas em pauta é a supressão de 18 dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 pela Presidência da República

**E**m sessão marcada para as 15h, senadores e deputados devem analisar 8 vetos a dispositivos de projetos aprovados pelo Congresso e 12 projetos de lei que abrem crédito para órgãos do Executivo, empresas públicas e Ministério Público da União.

Um dos vetos trata da inclusão no Sistema Único de Segurança Pública de sistema socioeducativo para menores em conflito com a lei. A justificativa para o veto foi que esse dispositivo se refere a questões já tratadas na legislação.

Entre os projetos a serem votados, está o que concede crédito de R\$ 372 milhões a três ministérios. **3**

Na sessão do Congresso, senadores e deputados devem votar projetos de lei que concedem crédito a diversos órgãos do Poder Executivo

### Ministro falará a Comissão Mista de Orçamento

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago Junior, participa de audiência hoje na Comissão Mista de Orçamento para debater a Lei Orçamentária Anual para 2019.

A presença do ministro é uma exigência de uma resolução que disciplina os trabalhos da comissão. **3**

### Jornada menor para psicólogo dá o tom em debate

Sugestão do Portal e-Cidadania que estabelece a jornada de trabalho dos psicólogos em 30 horas semanais foi discutida ontem na Comissão de Direitos Humanos. Representantes da categoria disseram que a mudança seria benéfica para profissionais e pacientes, com pouco impacto econômico. **2**

### Nova lei dá validade em todo o país para receita de remédio controlado

Uma lei publicada sexta-feira no *Diário Oficial da União* determina que receitas de medicamentos controlados ou manipulados terão validade em todo o país.

A intenção do texto, deriva-

do de projeto do ex-senador Jayme Campos aprovado no Senado em outubro, é permitir que o cidadão possa adquirir medicamentos onde quer que esteja. A regra entra em vigor em 90 dias. **2**

Ana Volpato/IS



Com a nova lei, receitas de medicamentos controlados terão validade nacional



Smito Casa de Ponto Grossa

Estudo indica que modelo de remuneração dos planos de saúde estimula hospitais a fazer procedimentos demais

### Modelo hospitalar encarece planos de saúde

Estudo sobre a segurança nos atendimentos hospitalares feito pela Universidade Federal de Minas Gerais conclui que a atual fórmula de remuneração dos estabelecimentos médicos privados deixa os planos de saúde mais caros. De acordo com a fórmula, internações que são prolongadas

e cirurgias que precisam ser repetidas por causa de erros no atendimento hospitalar, por exemplo, são remuneradas. O número elevado de procedimentos desnecessários faz os gastos das operadoras de plano de saúde subirem e a conta a ser paga pelos clientes ficar mais alta. **4**

**Audiência discutirá quebra de patente de remédio para hepatite C**

**Relatório sobre fundo ferroviário será apresentado hoje em colegiado**

**Comissão de Orçamento vai analisar créditos de R\$ 10 bilhões**

# Psicólogos pedem jornada menor em audiência pública

Representantes da categoria disseram que redução para 30 horas semanais traria benefícios para os profissionais e a população atendida. Segundo eles, impacto econômico da medida seria irrelevante

A JORNADA DE 30 horas semanais para psicólogos foi tema de audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O PLS 511/2017, sugerido por meio do Portal e-Cidadania, trata do tema e está à espera de relatório na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Presidida por Hélio José (Pros-DF), a reunião buscou esclarecer quais os benefícios que a redução de jornada para 30 horas semanais traria para os profissionais e a população atendida. Segundo os participantes, a medida daria maior qualidade de vida aos psicólogos e geraria um melhor atendimento à sociedade, sem causar impacto econômico.

O presidente do Conselho Federal de Psicologia, Rogério Giannini, disse que há 300 mil psicólogos no Brasil, sendo 90% mulheres. Ele argumentou que a redução de jornada protege o exercício profissional, qualifica-o e ainda protege a população que é atendida.

— O trabalho é intenso o tempo todo. Então a ideia



Hélio José (2º à esq.) comanda audiência com dirigentes da categoria

das 30 horas, de fato, é para uma proteção ao trabalho do psicólogo, à qualificação desse trabalho e à proteção aos serviços prestados — defendeu.

A presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, Fernanda Magano, destacou que o veto ao projeto dos psicólogos causou problemas nos locais de trabalho.

— [O veto causou] tensões, e uma não fluidez no serviço que, inclusive, acaba sendo reflexo disso, um atendimento à população que fica, em parte, prejudicado. Esta não é uma pauta que trata de uma questão casuística só para a categoria, mas é também tratar do tema buscando um

bom acesso à psicologia para a população de uma maneira geral — argumentou.

O secretário de Relações de Trabalho da Federação Nacional dos Psicólogos, Walkes Vargas, afirmou que não há impacto econômico na redução da jornada da categoria, tanto que as 30 horas de jornada já acontecem em vários municípios e estados.

— Se há algum impacto, é na qualidade de serviço, é na qualidade de vida. Para nós, da psicologia, o nosso próprio instrumento de trabalho somos nós mesmos. Então nós precisamos cuidar do nosso instrumento de trabalho — defendeu.

## Vanessa Grazziotin reprova declarações de Bolsonaro e assessores

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou ontem as manifestações do presidente eleito, Jair Bolsonaro, e de seus principais assessores. A senadora disse que há confusão e o que chamou de “diversionismo proposital” para tirar a atenção da pauta defendida pelo governo.

— Talvez sirvam como uma cortina de fumaça quanto ao real potencial do núcleo político do governo, que, dizem, é um núcleo extremamente autoritário, extremamente destrutivo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Chaves: governo terá condições de promover reformas necessárias

Pedro Chaves (PRB-MS) afirmou ontem que o presidente eleito, Jair Bolsonaro, terá a responsabilidade de tirar o país das crises política e econômica e de colocá-lo na trilha do desenvolvimento.

— Legitimidade e governabilidade são atributos fundamentais, sem os quais não será possível implantar política econômica capaz de reduzir o desemprego de quase 13% que assola o povo. Só assim será possível encaminhar soluções para a crise da insegurança pública.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Medeiros diz que críticas ao presidente eleito são infundadas

José Medeiros (Pode-MT) acusou a oposição de se basear em versões, hipóteses e até *fake news* para atacar o presidente eleito, Jair Bolsonaro.

— [A oposição dizia] que o trabalhador não iria ter mais 30 dias de férias, 13º salário, e FGTS. Isso se concretizou? Não. Então, nada dessas mentiras se concretizou, mas você pode perguntar para qualquer trabalhador, que ele estava assustadíssimo, falando que tirariam direitos dos trabalhadores — afirmou o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

# Lei dá validade nacional para receita de remédio controlado

As receitas de medicamentos controlados ou manipulados terão validade em todo o país. É o que estipula a Lei 13.732, de 2018, sancionada pelo presidente da República e publicada na sexta-feira no *Diário Oficial da União*.

A nova lei tem origem no substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD 4/2018) ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 325/2012, aprovado na Casa no dia 16 de outubro. O texto entra em vigor daqui a 90 dias. A regra vale até mesmo para os medicamentos sujeitos a controle sanitário especial.

O objetivo da proposta do ex-senador Jayme Campos é

permitir que o cidadão possa adquirir os medicamentos onde quer que esteja.

Na Câmara, o texto foi alterado para dar nova redação ao parágrafo único do artigo 35 da Lei 5.991, de 1973, que trata do controle sanitário do comércio de medicamentos.

Os deputados também estenderam a permissão aos medicamentos sujeitos ao controle sanitário especial. No entendimento da Câmara, explicitar os medicamentos sob controle especial é necessário, uma vez que, na prática, são os únicos remédios cujas receitas não podem ser aviaadas fora do estado em que tenham sido emitidas.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Infraestrutura de transportes**  
9h Projeto sobre investimentos públicos em infraestrutura de serviços de transportes é um dos seis itens.
- CAE Remédio para hepatite C**  
10h Audiência com o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, sobre a concessão da patente ao Sofosbuvir. Às 11h30, 12 itens.
- CDH Mulheres e direitos humanos**  
10h Audiência para debater situação da mulher sob a ótica dos direitos humanos.
- CRA Programa de compra de leite**  
11h Texto que aumenta limite mínimo em programa de compra de leite é um dos 9 itens.
- CE Resultados do Ideb**  
11h30 Proposta que estabelece a obrigatoriedade de escolas públicas de ensino fundamental e médio exibirem em placa visível resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é um dos 19 itens.
- CMA Consumo responsável de água**  
11h30 Projeto sobre prazo para constar em embalagens alerta sobre consumo responsável de água é um dos 10 itens.
- MP 845/2018 Fundo ferroviário**  
14h Análise de relatório.
- MP 851/2018 Fundos patrimoniais**  
14h Audiência pública.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
14h Abre a pauta o PLC 78/2018, que permite à Petrobras a transferência parcial a terceiros de áreas contratadas no regime de cessão onerosa.
- CMO Ministro do Planejamento**  
14h30 Reunião deliberativa. Às 16h, audiência com o ministro do Planejamento, Esteves Collor Junior.
- MP 852/2018 Imóveis do INSS**  
14h30 Audiência pública.
- MP 849/2018 Adiamento de reajuste**  
15h Eleição de presidente e vice.
- CONGRESSO Sessão conjunta**  
15h Destaques de vetos e créditos.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

- Participe**: <http://bit.ly/audienciainterativa>
- **Alô Senado**: 0800 612211
- **Acompanhe**: Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)
- **Facebook**: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter**: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- **TV**: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

# Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Congresso analisa vetos e créditos a ministérios

Pauta da reunião de hoje de senadores e deputados traz itens como a supressão de 18 pontos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 pela Presidência da República

O CONGRESSO NACIONAL tem sessão marcada para hoje, às 15h, quando deve apreciar 8 vetos e 12 projetos de lei que abrem crédito para órgãos do Executivo, empresas públicas e Ministério Público da União.

Um dos vetos atinge a Lei 13.675, de 2018, decorrente do PLC 19/2018, que trata do Sistema Único de Segurança Pública (Susp). O primeiro item vetado foi a inclusão no Susp do sistema socioeducativo para menores em conflito com a lei.

Nas razões para o veto (VET 20/2018), o presidente Michel Temer diz que esse dispositivo se refere a questões já tratadas na legislação e que atendem a princípios e normativos internacionais.

Também foi suprimida a equiparação da carreira dos agentes penitenciários à dos policiais e a do regime jurídico da aviação da segurança pública ao da aviação militar.

O Congresso também apre-



Presídio feminino em Cariacica (ES): carreira de agente penitenciário é assunto de um dos vetos da pauta

ciará o veto a dois trechos da Lei 13.682, que muda a forma de cálculo das taxas de juros para os empréstimos concedidos pelos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

A lei tem origem na Medida Provisória 812/2017 e um dos seus itens autorizava a União a subsidiar operações de financiamento de infraes-

trutura do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contratadas nessas regiões.

O compartilhamento do risco do financiamento estudantil contratado até 31 de dezembro de 2021 entre bancos e fundos está entre os vetos da pauta.

De acordo com Temer, o compartilhamento pode au-

mentar as despesas primárias da União, infringindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outro veto da pauta é o parcial à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (LDO — Lei 13.707), que foi sancionada com 18 supressões.

A maioria delas se refere a tentativas dos parlamentares de garantir mais recursos para determinadas áreas e à

criação de prioridades para a destinação de verbas escassas.

Foi mantida na lei a emenda proposta pelo Legislativo que prevê a correção do orçamento da educação pela inflação deste ano. Para a saúde, no entanto, foi vetada a obrigação de corrigir os recursos.

## Projetos

Entre os projetos que constam na pauta da próxima reunião do Congresso, estão os que concedem crédito de R\$ 372 milhões para os Ministérios da Fazenda, da Justiça e da Segurança Pública (PLN 29/2018) e de R\$ 40,8 milhões para o Ministério da Justiça (PLN 15/2018).

Os parlamentares devem analisar ainda a liberação de R\$ 19,8 milhões para o Ministério Público da União (PLN 16/2018), para compra dos edifícios-sede da Procuradoria do Trabalho em Campo Grande e São Bernardo do Campo (SP).

## Colegiado ouve ministro do Planejamento hoje

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) recebe hoje o ministro do Planejamento, Esteves Colnago Junior. Ele deverá prestar esclarecimentos sobre o projeto da Lei Orçamentária Anual para 2019 (LOA — PLN 27/2018). A presença do ministro é uma exigência da Resolução 1, de 2006, que disciplina os trabalhos da comissão.

A audiência estava marcada para a quinta-feira, mas foi adiada por acordo entre os parlamentares e o ministro, informou o relator-geral, senador Waldemir Moka (MDB-MS). Colnago pediu mais tempo para apresentar uma solução para a assistência social, que foi incluída como “despesa condicionada” na proposta. São R\$ 45 bilhões que só serão gastos em programas assistenciais, como o Bolsa Família, se o Congresso

aprovar no ano que vem um projeto de crédito autorizando o governo a ampliar o seu endividamento além dos limites permitidos pela Constituição.

A inclusão das despesas da assistência social em uma fonte condicionada foi criticada pelos parlamentares e enfrenta resistência do próprio Ministério do Desenvolvimento Social, que vem se reunindo com integrantes da CMO para reverter a situação, garantindo que os R\$ 45 bilhões integrem o orçamento efetivo da pasta.

A pedido do presidente do colegiado, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), foram convidadas as presidentes do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Norma Suely Carvalho, do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, Andréia Lauande, e do Fórum Nacional de Secretá-

rios de Estado da Assistência Social (Fonseas), Elisa Cléia Rodrigues Nobre.

A proposta chegou ao Congresso no final de agosto e prevê gastos obrigatórios de R\$ 1,3 trilhão — determinados pela legislação —, como o pagamento de aposentadorias, do funcionalismo civil e militar, e as transferências constitucionais para estados, Distrito Federal e municípios. O texto destina ainda R\$ 135,6 bilhões para as despesas discricionárias, que são as que podem ser alvo de controle pelo Executivo, como os investimentos públicos.

A Consultoria de Orçamento da Câmara elaborou um texto voltado ao cidadão, sintetizando o Orçamento 2019.

Com Agência Câmara

Veja os grandes números para 2019 <http://bit.ly/orcamentosimplificado>

## Comissão de Orçamento deve votar créditos de R\$ 10 bilhões

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) vai analisar hoje e amanhã diversos projetos do governo federal que abrem crédito de cerca de R\$ 10 bilhões para ministérios e órgãos públicos. As propostas devem ser votadas pelo colegiado antes de irem ao Plenário do Congresso.

O presidente da CMO, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), afirmou que está decidido a votar os créditos rapidamente:

— Da nossa parte, temos todo o interesse em limpar a pauta da comissão.

Entre os principais projetos, estão o PLN 28/2018, que destina R\$ 9,8 bilhões à Previdência Social e o PLN 47/2018, que concede R\$ 5,3 bilhões para diversos órgãos do Executivo federal, para

o pagamento de encargos financeiros da União e para operações oficiais de crédito.

Já o PLN 48/2018 concede um crédito especial de R\$ 1,5 bilhão para os Ministérios das Cidades, da Defesa, da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento Social, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, do Meio Ambiente e da Integração Nacional para o pagamento de encargos financeiros e para operações oficiais de crédito.

O governo enviou ainda o PLN 44/2018, no valor de R\$ 1,2 bilhão para a Presidência da República, diversos ministérios, o pagamento de encargos financeiros e transferências aos estados e ao Distrito Federal.

## Quebra de patente de remédio é tema de debate

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge de Lima, participa de audiência pública hoje, às 10h, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ele vai debater a decisão do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi) de conceder a patente de um medicamento contra hepatite C a uma empresa americana.

A patente da droga Sofosbuvir foi concedida à farmacêutica Gilead em setembro. O remédio cura a hepatite C em

95% dos casos. Com a decisão do Inpi, a indústria nacional fica proibida de produzir o medicamento genérico, que já estava registrado na Anvisa. A aquisição do genérico poderia gerar uma economia anual superior a R\$ 1 bilhão para o Ministério da Saúde.

O requerimento para a audiência é de José Serra (PSDB-SP) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Serra lembra que países como Egito, Argentina e China não concederam a patente à Gilead e produzem

o genérico, enquanto o Chile estuda a possibilidade de quebrar a patente.

— Com o genérico produzido no Brasil, o tratamento custaria R\$ 6 mil, ao passo que hoje custa R\$ 28 mil. O monopólio da Gilead poderá arruinar o plano do Ministério da Saúde de eliminar a hepatite C até 2030. Estamos falando de milhares de vidas que podem ser perdidas sem a existência do medicamento genérico para o tratamento da doença — disse o senador.

## Relatório de MP que cria fundo ferroviário será apresentado

A comissão mista da medida provisória que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário (FNDF) reúne-se hoje, às 14h, para a apresentação do relatório do deputado Lúcio Vale (PR-PA).

A MP 845/2018 prevê que o fundo funcionará por cinco anos. O objetivo é ampliar a capacidade logística do Sistema Ferroviário Nacional.

O FNDF é composto por recursos do Orçamento da

União, doações e outras fontes, como o valor arrecadado com a concessão de trecho Ferrovia Norte-Sul, entre Porto Nacional (TO) e Estrela D'Oeste (SP), além do respectivo ágio.

Na justificativa enviada ao Congresso, o governo argumenta que os recursos arrecadados com a concessão do trecho serão destinados a investimentos no setor.

Com Agência Câmara

Ricardo Westin

SE OS PLANOS de saúde e os hospitais chegassem a um acordo e mudassem a fórmula que há décadas os primeiros usam para pagar os segundos por cirurgias e internações, o Brasil assistiria a dois grandes avanços: a redução do número de mortes nos hospitais e o barateamento das mensalidades dos planos de saúde.

A conclusão é de um estudo sobre a segurança nos atendimentos hospitalares feito neste ano pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (Iess).

A atual fórmula de pagamento é conhecida como conta aberta. Por meio dela, quando um cliente de plano de saúde passa por uma cirurgia ou internação, a operadora remunera o hospital por todos os custos envolvidos, como honorários médicos, exames, medicamentos e diárias.

A conta aberta se torna um problema quando a equipe de saúde comete algum erro no tratamento e, por causa disso, o paciente tem que passar por uma segunda cirurgia (para corrigir a primeira) ou a internação se prolonga além do previsto. Nesse tipo de situação, todos os gastos extras entram na conta, e o hospital também é remunerado por eles.

Tal modelo de pagamento não incentiva os hospitais a serem mais cuidadosos com os pacientes, de acordo com especialistas ouvidos pelo **Jornal do Senado**. Pelo contrário, serve de estímulo para submetê-los a um número exagerado de procedimentos. A médica e professora Tania Grillo, uma das autoras da pesquisa, afirma:

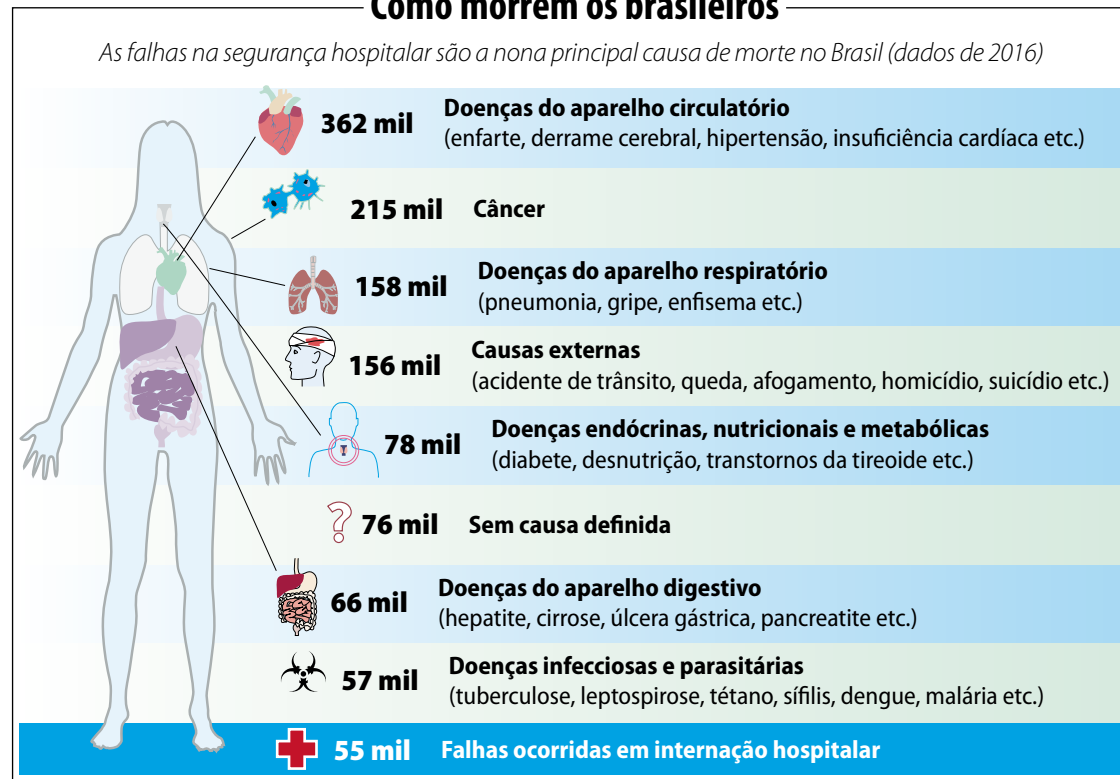
— É claro que o hospital não erra deliberadamente para receber mais. O que ocorre é que o sistema remuneratório não o incentiva a modificar seus processos e fluxos para atingir a excelência na segurança assistencial. Não é raro encontrar hospital com equipes subdimensionadas e profissionais sobrecarregados, o que cria o ambiente propício para o erro.

Em 2016, de acordo com o

# Atual modelo hospitalar deixa saúde cara e não inibe erros

Agência reguladora dos planos de saúde discute mecanismo para acabar com fórmula de remuneração que faz hospitais se preocuparem com a quantidade, e não com a qualidade das cirurgias e internações

## Como morrem os brasileiros



estudo da UFMG e do Iess, 55 mil brasileiros morreram em decorrência de falhas nos hospitais, como infecções evitáveis e a administração de medicamentos errados. Houve, em média, uma morte a cada dez minutos. É como se, ao cabo de dez anos, morresse a população inteira de uma cidade do porte de Juiz de Fora (MG) ou Londrina (PR).

Nem todas as vítimas de falhas hospitalares morrem. As que sobrevivem podem ficar com sequelas físicas e emocionais.

A fórmula de remuneração não responde sozinha pelas mortes evitáveis ocorridas nos hospitais. Segundo o estudo, ajudam a compor esse cenário a insuficiência das fiscalizações sanitárias do poder público, a falta de auditorias externas (só 5% dos hospitais se submetem a avaliações independentes) e a má formação dos médicos (o país tem muitas faculdades de medicina, mas poucas vagas em residência médica).

Outro problema é a resistência dos hospitais a tornar públicas as suas estatísticas de

mortalidade. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar nos próximos dias um projeto que toca nessa questão. Elaborado pela senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), o PLS 332/2013 obriga as unidades de terapia intensiva (UTIs) a divulgar seus números na internet de tempos em tempos.

— Quando tomar conhecimento do desempenho dos serviços de terapia intensiva, a população poderá fazer comparações e escolher aqueles que mostrarem os melhores resultados. As unidades deficitárias se verão forçadas a cuidar da qualidade — argumenta.

### Peso no bolso

Os usuários dos planos de saúde sentem no bolso os efeitos do modelo de pagamento conhecido como conta aberta. Como a correção das falhas hospitalares também exige dinheiro, os planos gastam mais do que deveriam. Esses custos adicionais, claro, são repassados aos clientes dos planos, que acabam arcando com mensalidades mais caras. Segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), 47 milhões de brasileiros (22,5% da população) têm plano de saúde.

Enquanto a inflação geral do Brasil no ano passado ficou em 3% (de acordo com o IPCA), as mensalidades dos planos individuais foram reajustadas em 13,5% e as dos planos coletivos subiram em média 15%.

— O atual sistema estimula não a segurança do paciente, mas sim o desperdício de re-

**Falhas em hospitalizações**

**19,5 milhões**  
brasileiros hospitalizados em 2016

**1,3 milhão**  
pacientes vítimas de alguma falha do hospital

**783 mil**  
mortes gerais em hospital

**55 mil**  
pacientes que morrem por causa de falha do hospital

*Fonte: Anuário da Segurança Assistencial Hospitalar no Brasil 2018*

ursos financeiros e a inflação da saúde — afirma o economista-chefe da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), Marcos Novais.

A questão preocupa o Senado. O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) é autor de um projeto que obriga a ANS, responsável por controlar os aumentos dos planos individuais, a limitar também o reajuste dos planos coletivos, para evitar abusos (PLS 100/2015).

A CAS organizou uma audiência pública para tratar desse projeto, e os efeitos colaterais da conta aberta apareceram no debate. O presidente da Abramge, Reinaldo Camargo Scheibe, mostrou um aparente paradoxo: enquanto o número de brasileiros com plano de saúde diminuiu, a quantidade de procedimentos custeados pelas operadoras aumentou.

— No último ano, o número de beneficiários caiu de 50 milhões para 47 milhões, o que dá 6% a menos. Mesmo assim,

a quantidade de internações subiu 3%; de exames, 12%; e de terapias, 24%. Estamos caminhando em direção ao suicídio. Se não mudarmos a forma de pagamento, o sistema de saúde vai quebrar.

As operadoras já testam novos modelos. A Amil começou a implantar no ano passado uma fórmula que privilegia os hospitais com menos falhas de atendimento. O estabelecimento que adere ao novo modelo passa a receber da Amil um valor fixo por ano. Quanto menos erros cometer, mais dinheiro terá em caixa.

— O grande beneficiado será o cliente, que não passará por procedimentos e exames desnecessários nem sofrerá complicações evitáveis — explica o diretor-executivo da Amil, Daniel Coudry.

### Desempenho

No ano que vem, a Amil testará um modelo mais sofisticado, com a remuneração baseada no resultado de cada tratamento. Suponha-se que uma cirurgia ortopédica custe R\$ 100 mil. Inicialmente, o hospital receberá da operadora R\$ 70 mil. Caso o paciente tenha alguma recaída por causa de falha no atendimento e precise ser internado de novo ou passar por sessões extras de fisioterapia, a operadora não pagará nada mais ao hospital. Caso o paciente se recupere da melhor forma possível, o hospital receberá os R\$ 30 mil restantes, além de um bônus pelo bom desempenho.

— O que importará será o desfecho — continua Coudry. — Para que não haja conflitos entre a operadora e o hospital, o paciente será avaliado no pós-operatório por uma terceira parte, que será isenta e fará sua análise por meio de indicadores objetivos.

Em 2016, a ANS criou um grupo de trabalho incumbido de estudar modelos alternativos à conta aberta. Assim que as discussões se encerrarem, as fórmulas serão testadas em projetos-piloto de adesão voluntária. A agência reguladora diz que o objetivo é incentivar, e não impor, a adoção de “modelos inovadores que favoreçam a qualidade e a sustentabilidade”.

O **Jornal do Senado** buscou a Associação Nacional de Hospitais Privados para comentar o atual modelo de remuneração, mas não obteve resposta.

### Saiba Mais

Leia o 2º Anuário da Segurança Assistencial Hospitalar no Brasil: <http://bit.ly/anuarioIESS>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)



Cássio Cunha Lima quer que ANS limite reajuste de planos de saúde coletivos



Lúcia Vânia redigiu projeto que torna público número de mortes nas UTIs